

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram convocadas sessões deliberativas presenciais para os dias 22/11, 23/11 e 24/11.

PLENÁRIO

No dia 21/11, haverá Sessão Solene em Homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra, os autores da proposta são os Deputados Reginaldo Lopes e Sâmia Bonfim.

Constam várias medidas provisórias e projetos de lei para serem votados essa semana, mas entre eles destacamos. Projeto de Lei nº 1.202-C, do Deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de lobby e a atua-

ção dos grupos de pressão ou de interesse e assemblhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. As entidades da sociedade civil estão divulgando uma carta aberta onde afirmam que da forma como está, o substitutivo limita severamente o direito democrático de participação e manifestação da sociedade civil, o que contraria não só a Constituição Federal, como tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Audiência Pública será realizada no dia 22/11/2022 com o tema: Danos Socioambientais do Projeto Matopiba, a partir o requerimento nº 18/22, de autoria da deputada Luísa Erundina e do deputado Padre João, expositores convidados: Carlos Alberto Vilhena, Subprocurador-Geral da República e Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Giuseppe Serra Seca Vieira, Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Projeto de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), representantes da Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), Correia Silva, representante da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR), Juarez Celestino de Souza, defensor dos povos indígenas e das comunidades Tradicionais e Isaura Lima de Sousa, defensora dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Relatório final do Grupo de Trabalho do Código de Mineração

O relator do Grupo de Trabalho da Câmara para modernização do Código de Mineração, deputado Joaquim Passarinho (PL/PA) antecipou alguns pontos do parecer que pretende apresentar no fim deste mês. Além da superação da insegurança jurídica do setor e da garantia de mecanismos de avanço em pesquisa, Passarinho aposta no que chama de "humanização" da mineração. Especificamente em relação à exploração do ouro e

outros minerais garimpáveis, o deputado elogiou os esforços dos empresários em buscar projetos modernos, batizados de "garimpo 4.0". Porém, ressaltou que a realidade do garimpo no Brasil exige prioridade para o trabalho coletivo em cooperativas. O relator deixou claro que seu texto, se aprovado no grupo de trabalho será aproveitado na próxima legislatura, mas ainda precisa ser feita uma ampla análise na Câmara dos Deputados.

Brasil não está cumprindo recomendações da ONU sobre Direitos Humanos

Foram apresentados relatórios no dia 14/11 pelo Observatório Parlamentar da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados durante o 4º Ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU), os quais mostram que o Brasil não está cumprindo as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) em relação à melhoria da situação dos direitos humanos no País. O deputado Helder Salomão (PT/ES) representou o Observatório Parlamentar na reunião, realizada em Genebra, na Suíça. De acordo com Salomão, das 246 recomendações, 136 não foram cumpridas e em 35 recomendações houve retrocesso. O deputado destaca, por exemplo, que das 25 recomendações relacionadas aos direitos dos povos indígenas, 19 foram consideradas não cumpridas e em 6 houve retrocesso. No que se refere à segurança pública, o Brasil recebeu 16 recomendações, e o Observatório considerou que 14 não foram cumpridas e 2 estavam em situação de retrocesso.

Câmara aprova projeto que aumenta penas para crimes sexuais contra crianças e adolescentes

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 9/11, o Projeto de Lei que aumenta as penas de vários crimes sexuais contra crianças e adolescentes, classificando-os como hediondos. A proposta será enviada ao Senado. Pelo texto, o condenado por crimes mais graves dessa natureza, previstos no Código Penal ou no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não terá direito à saída temporária, passível de concessão para presos com bom comportamento. Em outras situações, nos crimes envolvendo a produção, posse ou distribuição de cenas de sexo com crianças ou adolescentes, haverá uma nova condição para os condenados poderem usufruir dessa saída temporária: a proibição de se aproximar de escolas de ensino infantil, fundamental ou médio e de frequentar parques e praças com parques infantis.

SENADO FEDERAL

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocando esforço concentrado do Senado Federal para essa semana, destinado à sabatina e apreciação de autoridades, e outras matérias.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará Audiência Pública Interativa para debater o Projeto de Lei nº 1459/2022 – Pacote do Veneno, no dia 22/11. Foram convidados: Marcos A. Orellana (Relator Especial das Nações Unidas sobre as implicações para os direitos humanos da gestão ambientalmente correta e descarte de substâncias e resíduos perigosos), Car-

los Goulart, Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Existem informações no sentido de que após a realização da audiência, o Senador Acir Gurgacz, relator da matéria, colocará em votação o Projeto de Lei.



AMAZÔNIA NO CONGRESSO

O presente informe tem por finalidade socializar o cronograma de atividades relativas à Amazônia, pautadas pelo Congresso Nacional, para a semana corrente e não tem por objetivo ser um subsídio de reflexão. O informe é uma produção da REPAM-Brasil em parceria com a Comissão Episcopal para a Amazônia.

Semana 21/11 a 25/11 - Ano 2022, nº 044.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Acontecerá o Café Ambiental, “O Saldão do Desgoverno”, dia 23/11, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados As Frentes Parlamentares Ambientalista, Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e a Mista em Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – ODS e a Liderança da Minoria, em parceria com o Observatório do Clima, a Rede de Advocacy Colaborativo, RAC e diversas organizações da sociedade civil se unem contra o Saldão do Desgoverno que está na pauta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e em demais projetos em tramitação no Congresso Nacional, neste final de legislatura.